

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

Rosana Morgado

Sheila Backx

ENSAIOS

Maria Helena Rauta Ramos

Marilda Villela Iamamoto

Lilia Guimarães Pougy

Yolanda Guerra

Sara Granemann

Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

Leila Bugalho

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

PRAIAVERMELHA

Notas aligeiradas sobre um longo biênio

Sara Granemann

Docente na ESS-UFRJ desde 1994. Ensina na Graduação e na Pós-graduação. Investigadora do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), concentra seus estudos, publicações e intervenção pública nas seguintes temáticas: Estado, direitos da classe trabalhadora e suas lutas. Fez pós-doutorado em História Social Contemporânea em 2014/15 no IHC da Universidade Nova de Lisboa - Portugal. Coordenou o PPGSS-UFRJ no período de junho de 2010 a novembro de 2012.

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 26

n. especial

p. 139-146

2016

RESUMO

Estas notas oferecem uma visão bastante particular dos anos em que estive na Coordenação do PPGSS e considerações iniciais do impacto da legislação recentemente aprovada sobre os destinos da universidade pública e das possibilidades de produzir ciência & tecnologia em nosso país. Alguns dados do triênio 2007/2009 são apresentados para demonstrar como é possível formar docentes-pesquisadores em um programa radicalmente público como o PPGSS/UFRJ.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação. Universidade pública. Ciência e tecnologia.

Em 1976, ainda quando corriam dramáticos anos da história brasileira, a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) tomava iniciativa de construir sua pós-graduação *stricto sensu* com a abertura de um curso público de mestrado em Serviço Social.

Sabe-se que, sob a ditadura¹ empresarial-militar, foram realizados vários impulsos para a construção de políticas sociais que interessavam aos grandes capitais na consolidação de seus interesses e de seu Estado, na direção de viabilizar quadros técnicos demandados por empresas e pela burocracia estatal. Políticas Sociais como a de educação superior, impulsionadas pela ditadura, contraditoriamente carregaram no seu interior a possibilidade de conversão crítica ao desenvolvimento para a qual haviam sido demandadas.

1 Ver: Ditadura e Serviço Social de José Paulo Netto. 1991

No plano da pós-graduação da ESS/UFRJ, também em seu interior e atravessados por determinações da vida social, desenvolveram-se feixes de forças que, em 1986, tornaram possível a construção de uma “virada” nos rumos da pós-graduação dessa unidade de ensino. Protagonistas do processo que impulsionou a construção teórico-política crítica para o programa e Serviço Social da UFRJ então com uma década de vida, as docentes Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês Bravo (apoiadas por algumas outras docentes) viabilizaram a formação de um grupo de professores-pesquisadores cujo núcleo central contou com os seguintes integrantes: Carlos Nelson Coutinho, Nobuco Kameyama, Jean-Robert Weissaupt, Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto e José María Gomez.

Minhas lembranças pessoais remontam ao segundo semestre de 1989, quando cursei disciplinas do mestrado: nesta altura já encontrei um curso solidamente consolidado, cuja direção teórico-acadêmica hegemônica pela tradição marxista – da qual recolhiam a influência de diferentes autores – cultivava o pluralismo no debate teórico-político com os demais docentes que constituíam o cerne do curso de mestrado.

Em 1994, com a criação do primeiro curso de doutorado em uma universidade pública, um novo momento na história do programa teve lugar: jovens estudantes de muitas e diferentes áreas passaram a afluir ao programa de doutorado recém-criado e, posteriormente, tornar-se-iam docentes de universidades públicas em todo o país.

Nos já longos 28 anos de minha vida passados nessa unidade de ensino – parte como discente e na maioria como docente – poderia indicar como determinações constitutivas do programa dignas de se assinalar:

- a presença dos discentes nos rumos deste programa de pós sempre foi significativa, apoiada e estimulada por seus quadros docentes;
- a dedicação exclusiva de seu núcleo central à docência (graduação e pós-graduação) e à pesquisa foram os dois eixos sobre o qual se ergueu aquele que é o maior programa público – em número de discentes e docentes – de pós-graduação em Serviço Social no país.

Em junho de 2010, e ao longo de dois anos e quatro meses estive, com o professor Eduardo Mourão, na Coordenação do PPGSS-UFRJ. A pós-graduação da ESS/UFRJ era, até então, classificada pelo sistema Capes de Avaliação como um programa conceito 5 (cinco). Menos de três meses após termos assumido a coordenação do programa, decidimos fazer um Pedido de Reconsideração à Capes para que a nota fosse revista e alcançamos o conceito 6 (seis). Tínhamos então a convicção de que o esforço coletivo de produção docente e discente não estava refletido na nota recém-divulgada.

Nas mais de 100 páginas do Pedido de Reconsideração ganharam vida dados que atestaram a densidade do programa, como por exemplo:

(1) Entre 1998 (ano de defesa da primeira tese de doutorado) e 2009 (a avaliação relativa ao triênio de 2007 a 2009), foram defendidas 122 (cento e vinte e duas) teses de doutorado ou quase uma tese por mês ao longo dos onze anos.

(2) A diversidade da formação na graduação dos ingressantes era um dado importante e umbilicalmente relacionado às características do corpo docente responsável pela construção do programa de pós-graduação no pós-1986 e aprofundado com a criação do curso de doutorado em 1994. O afluxo significativo de discentes de cursos variados em quantidades superiores aos discentes do Serviço Social claramente demonstrava ser o doutorado uma referência na formação de jovens docentes e pesquisadores de toda a grande área das ciências sociais. No triênio 2007/2009, a pós-graduação em Serviço Social respondeu pelo dado no primeiro quadro na página seguinte, conforme tabela constante do Recurso enviado à Capes como Pedido de Reconsideração².

(3) Todavia, não somente a procura pelo curso indicava seu lugar de referência no quadro da formação crítica nas ciências sociais; seu êxito na formação de doutores aprovados em concursos docentes ou daqueles jovens docentes que recentemente haviam ingressado

2 Todas as tabelas presentes neste artigo integram o Pedido de Reconsideração de Resultado de Avaliação à CAPES.PPGSS/UFRJ. RJ. Outubro/2010.

INGRESSANTES DOUTORADO - POR CURSO (TRIÊNIO 2007-2009)					
ANO	APROVADOS				
	TOTAL	SERVIÇO SOCIAL	%	OUTROS CURSOS	%
2007	18	8	44,4	10	55,6
2008	18	8	44,4	10	55,6
2009	17	11	64,7	6	35,3

na carreira também nos chamou a atenção, fundamentalmente por duas razões:

(3.1) 118 (cento e dezoito) discentes dos 122 (cento e vinte e dois) que concluíram doutorado ou 96,72% (noventa e seis, vírgula setenta e dois por cento) dos egressos formados pelo PPGSS/UFRJ, entre os anos de 1998 e 2009, tornaram-se docentes. Este significativo dado comprova as vocações desse programa e da universidade pública em formar as novas gerações de docentes para o magistério superior.

(3.2) 103 (cento e três) discentes dos 122 (cento e vinte e dois) que concluíram doutorado ou 84,43% (oitenta e quatro, vírgula quarenta e três por cento) dos egressos formados pelo PPGSS/UFRJ foram aprovados em concursos docentes para universidades públicas federais e estaduais.

VÍNCULO EGRESSOS DOUTORADO (1994-2009)		
VÍNCULO	EGRESSOS	%
Universidade Comunitária	10	8,20
Universidade Estadual	15	12,30
Universidade Federal	88	72,13
Universidade Privada	4	3,28
Universidade Estrangeira	1	0,82
Saúde	1	0,82
Servidor Público	2	1,64
Servidor Público Estrangeiro	1	0,82
TOTAL	122	100
TOTAL DOCENTES	118	96,72

(4) Outro dado significativo registrado no mesmo documento encaminhado à Capes diz respeito ao percentual de discentes estrangeiros presentes no programa. Tomados os três triênios a partir da defesa das primeiras teses de doutorado, observamos:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PROGRAMA				
PERÍODO	TOTAL	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	%
1998-2003	36	32	4	11,11%
2004-2006	54	49	5	9,26%
2007-2009	32	27	5	15,63%

Somadas as participações ao longo dos três triênios tivemos em média 12% (doze por cento) dos discentes do programa oriundos de países estrangeiros. Esta significativa e constante procura do PPGSS-UFRJ registra seu lugar na formação de quadros docentes e técnicos para atuação, em geral no Estado, para além do Brasil, e especial presença na formação de docentes e pesquisadores para países da América do Sul.

AS AMEAÇAS EM CURSO

A ascensão ao conceito 6 (seis), bem como a sua manutenção, propiciaram ao PPGSS-UFRJ recursos para incidir sobre um de seus principais problemas: o provimento de bolsas de estudos às/aos discentes (brasileiras/os e estrangeiras/os) que delas necessitem para dar curso aos seus estudos. A decisão política do programa em priorizar o gasto dos recursos do fundo público na garantia de condições mínimas para que discentes oriundos das frações da classe trabalhadora pudessem alcançar os mais altos níveis da formação foi a renovação de uma compreensão teórico-política de como e para quem se deve utilizar o fundo público.

O desenvolvimento da ciência & tecnologia no Brasil – como na maioria dos países do mundo – faz-se, substancial e substantivamente, com os recursos do fundo público e em nosso país, majoritariamente

em universidades públicas. O ensino, a pesquisa e a extensão – esta última a forma mais imediata de relação com a sociedade – têm seus destinos estreitamente ligados em nosso país. Universidade pública e ciência & tecnologia foram construídas com profundo e inseparável vínculo e seus destinos estão hipotecados.

As ameaças constantes consequentes da redução das verbas de financiamento, o contingenciamento para realizações de superavit destroçam este patrimônio socialmente construído. E é, na nossa perspectiva, ilusório supor que há possibilidades de defesa da ciência e tecnologia sem a defesa da universidade pública; assim como seria equivocado defender a universidade pública sem a defesa intransigente de meios públicos para o financiamento da ciência & tecnologia vinculadas à universidade pública.

Legislações, como as Emendas Constitucionais nºs 93 (Desvinculação das Receitas da União, Estados e Municípios) e 95/16 ("Novo Regime Fiscal"), estabelecem limites financeiros para as despesas "primárias" nos âmbitos do orçamento fiscal e da seguridade social. Estes orçamentos são responsáveis pela administração dos gastos sociais que realizam os já parcos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira; estas legislações fazem, por isto, cortes pela "ótica do caixa" das despesas primárias aos gastos que têm alcance social: saúde, educação, previdência social, assistência social.

Outra tão importante destrutiva lei já aprovada é a de nº 13.243/16, denominada "Marco Legal"³ porque alterou, modificou, privatizou e assim piorou as condições de trabalho e de produção de ciência no interior da universidade brasileira em particular, e no país em geral.

Conforme documento do ANDES-SN,

A EC 85/2015 alterou os artigos 218 e 219 da Constituição, estendendo o financiamento público de C&T para a "inovação nas empresas" e criando a possibilidade de compartilhamento de pessoal, recursos financeiros e materiais do setor público com o privado.

3 Assim denominada por alterar 09 (nove) leis já existentes relativas à educação pública e à ciência & tecnologia.

(...Por sua vez, o) “Marco Legal” altera, indevidamente, três aspectos fundamentais na estrutura acadêmica:

- (1) introduz como missão das IES públicas a “inovação tecnológica”;
- (2) possibilita a contratação de servidores sem concurso, contrariando a lógica que permitiu à universidade alcançar o patamar de produção de conhecimento que atingiu;
- (3) corrompe a ideia original da DE, legalizando os “bicos” dentro das IES públicas.

Nesta sombria perspectiva, as conquistas alcançadas pelo PPGSS/UFRJ no interior da universidade pública e no seio da ciência & tecnologia, as quais foram construídas pelas lutas da classe trabalhadora brasileira, podem não ter continuidade em futuro próximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDES-SN. Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI 13.243/16), riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil. <http://portal.andes.org.br/impressa/documentos/imp-doc-1508946885.pdf>
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. SP: Cortez, 1991.
- PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE RESULTADO DE AVALIAÇÃO À CAPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Avaliação Trienal 2010. Escola de Serviço Social. UFRJ. Outubro de 2010.
- REVISTA PRAIA VERMELHA. v.22, n.2 (2012) - Carlos Nelson Coutinho. https://drive.google.com/file/d/OB0-tS_Kbeq-Z3ZFQnZvQkItVC16REp4c1RzRW9DYW9OWDIF/edit

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lígia Silva Leite (UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)